

Segue o fio



Sinval Ayres

1989

Sinval Ayres vence Renato Raymundo e se torna o quinto presidente da AECRT.

1991

A AECRT adquire sua sede administrativa e formaliza o financiamento da sede campestre.

1993

A cidade de Passo Fundo sedia a segunda edição das Olimpíadas da AECRT, com 27 modalidades.

Capítulo 5

A era das grandes vitórias

Os problemas políticos obrigaram a associação a dar passos firmes no rumo da independência, desencadeando uma fase de intensas realizações.



Resolução: a liberação da sede campestre foi uma das conquistas da gestão de Sinval.

Uma mesa e dez cadeiras

O clima tenso continuou dando o tom da relação entre a associação e a CRT no primeiro ano da gestão de Sinval Ayres. Além disso, as próprias correntes de apoio se configuravam num tema delicado em âmbito político. “Ainda não era filiado ao PT à época. E o grupo queria ter influência na associação. Mas achávamos que era importante separar as coisas”, explica Sinval. A independência e a probidade, assim, foram dois dos valores que nortearam fortemente a AECRT naquele período. Isso fica evidenciado pela busca por uma solução alternativa para a questão da sede campestre.

Naquele momento, a associação se via atada e precisava encontrar meios de caminhar com as próprias pernas. A saída para isso era melhorar o seu patrimônio. Os bens da AECRT, no início da primeira gestão de Sinval, resumiam-se a uma mesa de reuniões e dez cadeiras, além de dois automóveis da marca Gurgel. O salto viria com a liberação da sede campestre, mas não havia perspectivas para a resolução do impasse.

O foco, assim, passou a ser a obtenção de uma nova sede própria. “Quem casa quer casa. Lembro do Sinval sempre repetir essa frase. Aí, fomos atrás da nossa casa”, diz Renato. Com um espaço autônomo, o leque de serviços e de fontes de receita poderia ser ampliado, viabilizando um melhor atendimento ao Associado. “Tínhamos um salão de festas para 50 pessoas na General Auto, mas havia quem defendesse o uso só por parte dos diretores. Temiam que a estrutura fosse deteriorada”, comenta Sinval. A gestão precisava da anuência da AACRT e da ASTEC em quase todos os temas relativos ao prédio cedido pela Fundação.

A ideia de Sinval era implementar melhores parâmetros administrativos na AECRT. E, para tanto, era necessário encarar a associação como uma empresa. De certa forma, aquele foi o primeiro passo dado pela entidade rumo à profissionalização. “A perseguição realizada contra a AECRT serviu para unir o grupo que optou por resistir. Muitos colocaram dinheiro do bolso para manter a associação viva. Por um lado, isso foi bom porque aumentou a necessidade de nos organizarmos como empresa”, acrescenta o ex-diretor de patrimônio Leonido Rodrigues.

O caminho para melhorar o patrimônio passava pelo equilíbrio do caixa da associação. A AECRT sofria as sequelas do episódio do corte das mensalidades. Isso reforçava a necessidade de buscar meios de faturamento alternativos. Uma das primeiras ações nesse sentido foi a criação do projeto dos ranchos comunitários.

Nova rede

Em 1990, a CRT introduz a tecnologia de fibra ótica para interligar as centrais de Porto Alegre, Canoas e Esteio.

Queira se retirar

A lisura de Sinval e Dulce na condução da AECRT foi muitas vezes colocada à prova. “Não foram poucas as propostas de suborno que eu e os demais membros da Diretoria recebemos de empresas interessadas em fazer negócios com a associação”, revela Sinval. A reação era sempre a mesma: “Mandava a pessoa embora no ato. Corri muita gente da minha sala”.

Sob lama e canos cerrados

Em 1990, a AECRT adquiriu cotas do balneário Águas do Prado, localizado em Vicente Dutra, no norte do estado. A lama negra de lá é famosa por suas propriedades medicinais. Mas o projeto teve alguns entraves. O primeiro era a distância – 500 km da capital. Além disso, a entidade manteve a sina de encontrar diretores irascíveis. As cotas davam direito a voto nas reuniões do conselho. Certa vez, uma comitiva participou de um desses encontros, comandado pelo fundador do empreendimento. “Era uma espécie de coronel da cidade, irmão do juiz local”, lembra Renato. As determinações dele eram prontamente acatadas pelos participantes, com exceção dos inconvenientes membros da AECRT, acostumados ao debate. No meio da assembleia, o homem cansou de ser interpelado pelos forasteiros e resolveu apaziguar os ânimos. Mas o fez do seu jeito. Vagarosamente, sacou um revólver 38 e colocou sobre a mesa. “Alguém tem mais alguma coisa a declarar?”, inquiriu. A comitiva da AECRT votou a favor da relatoria e, algum tempo depois, vendeu as cotas em Vicente Dutra. A Astti ainda organiza visitas à região, mas o roteiro não inclui assembleias.

A iniciativa consistia na elaboração de cestas de produtos que poderiam ser comprados pelos Associados a preços abaixo do mercado, com prazos de pagamento estendidos. “O kit rancho tinha um custo acessível e uma logística pensada para integrar as pessoas. A proposta atingiu, em especial, os colegas que desempenhavam atividades menos elaboradas, mas fundamentais, como os funcionários da rede”, explica Mauro Guterres, diretor financeiro da associação naquela época.

O lucro vinha da taxa de administração do negócio. Embora pequeno, o percentual valia a pena em razão do volume alcançado com a adesão dos servidores. A ação dos ranchos correu em total transparência, demonstrando a preocupação de Sinval Ayres com a lisura dos processos. “Fazíamos concorrências abertas entre os fornecedores, para deixar tudo às claras. As próprias empresas viam que a nossa abordagem era séria”, afirma Dulce, vice-presidente nas três gestões de Sinval. Além de contribuir para a receita, o kit rancho ajudou a trazer mais pessoas para perto da associação.

Convicção social

Outro ponto importante no projeto dos ranchos foi a reafirmação da independência da AECRT. Além de ter sido conduzida sem a participação da empresa, a ação contrariou a própria orientação do grupo político que apoiava a Diretoria. “Algumas pessoas achavam que os ranchos tirariam a força de reivindicação dos funcionários. Isso porque ações desse tipo haviam sido preconizadas pelo Sesi para combater o comunismo”, afirma Sinval Ayres.

O Sesi, aliás, foi o primeiro fornecedor da associação. Com o tempo, outras empresas passaram a elaborar os kits, que possuíam diferentes combinações. A ASTTI mantém o projeto dos ranchos até hoje.

A retirada das cestas de produtos podia ser feita na sede da AECRT ou nas próprias unidades da empresa. Nesse caso, alguns funcionários ficavam responsáveis por coordenar o processo. Eles assumiam a função de representantes de departamento. “Comecei a me relacionar com a AECRT assim, porque eu presidia a Associação do Centro de Treinamento”, lembra Ivo Carlos Pinheiro, diretor social da ASTTI. Ele precisava de ajuda nessa tarefa e indicou outro nome que, no futuro, entraria para a história da entidade. “Fui incumbido de administrar os pedidos do rancho. Dali em diante, me vinculei à associação”, conta Olicio Prusch Schwarstzhaupt, presidente da ASTTI entre os anos 2004 e 2008.

Além dos ranchos, a AECRT mantinha a gerência do seguro de vida, com uma boa margem de administração. A soma das taxas desses serviços, aliada à recuperação gradual no número de sócios e aos eventos sociais, permitiu que o projeto da sede própria fosse tirado do papel. E esse sonho foi concretizado em 1991, um ano mágico na história da associação.

Sem preconceito

As questões de gênero e diversidade, tão debatidas na atualidade, já faziam parte das preocupações da AECRT há 30 anos. Na gestão de Sinval Ayres, o texto do estatuto foi alterado para que os cônjuges dos funcionários, independentemente do sexo, tivessem acesso aos benefícios da associação.

Guinada democrática

A chegada de Sinval e Dulce à Diretoria da AECRT propiciou importantes mudanças estatutárias. Uma delas foi a alteração do modelo eleitoral. Até então, apenas o presidente e o vice-presidente eram eleitos – e escolhiam os demais diretores.

A partir de então, os pleitos passaram a ser realizados com nominatas fechadas, incluindo todos os nomes do corpo diretivo. “Era muito mais democrático. Havia uma representatividade maior dos departamentos, com consultas à base dos funcionários”, explica Dulce. A gestão buscava inserir pessoas com diferentes filiações partidárias – ou mesmo sem ligação política na composição das chapas.

O nepotismo também foi contemplado na reavaliação dos estatutos.

“As associações têm um poder muito forte de arregimentar pessoas.

Por isso, criamos barreiras para que a AECRT não se transformasse num grupinho”, justifica Sinval.

Ponto de encontro: todos os caminhos levavam à sede administrativa da AECRT.



O desatar dos nós

Existem anos que ficam marcados de maneira especial, seja por fatos positivos ou negativos. No caso da AECRT, o raiar de 1991 deu início ao que pode ser chamado de uma era de ouro. Essa virada começa em 25 de novembro do ano anterior, com a eleição de Alceu Collares para o governo do Rio Grande do Sul.

A ascensão do PDT ao Palácio Piratini delimitou o fim da gestão de Nelson Vanuzzi na CRT e, por consequência, o distensionamento das relações com a associação. O comando da companhia foi assumido pelo engenheiro Milton Zuanazzi. Com ele, as portas da Diretoria abriram-se novamente. E a retomada do diálogo propiciou o fim do imbróglgio envolvendo a sede campestre.

Em meados de 1991, a AECRT começou oficialmente a pagar a dívida contraída junto à Fundação CRT e recebeu as chaves do imóvel. A assinatura do contrato, entretanto, foi cercada de uma certa apreensão. “Era uma dívida que se estenderia por diversas gestões. Então, houve uma série de debates. Ficamos muito preocupados, mas aquela era a única saída. Precisávamos daquele patrimônio”, justifica Mauro Guterres.

A sede que a AECRT tomou posse era praticamente uma floresta. Após os anos de ostracismo, o terreno havia sido tomado pelo mato. O ginásio jazia solitário em meio ao verde que ocupava todos os cantos. Foi preciso um grande trabalho de estruturação para que o local estivesse apto a receber o público.

As melhorias envolveram a limpeza do local e a terraplanagem de alguns pontos. “Era tudo uma macega. As máquinas tiveram que trabalhar durante dias a fio”, conta Delcio Poltosi. Um exemplo disso foi a drenagem de algumas vertentes, dando origem a um açude. Enquanto os reparos eram realizados no Jardim Ypu, a AECRT vasculhava o mercado para adquirir uma sede administrativa. E esse sonho foi conquistado no mesmo ano, com a compra de um sobrado na rua Ramiro D’Ávila, 176, no bairro Azenha.

O casarão antigo também exigiu algumas reformas, mas oferecia todos os recursos que a associação precisava para organizar a parte gerencial. Amplo, o imóvel permitiu a instalação de espaços para recepção, loja e salas para reuniões. A AECRT passou a contar até com um salão de festas. O ambiente comportava 60 pessoas e ficava na parte de trás do terreno. Todos os Associados podiam alugar o local para eventos particulares ou dos departamentos.

A distribuição dos ranchos, os debates do conselho, as festividades internas, os projetos dos grandes eventos, enfim, toda a rotina da AECRT passou a operar na casa da Ramiro D'Ávila. O local, durante anos, tornou-se o principal ponto de convergência da Família CRT. Entre 1990 e 1991, portanto, a associação saiu de um patrimônio quase nulo para contar com duas sedes. A casa da Ramiro D'Ávila tinha 350 m² de área construída. Já o terreno do Beco Souza Costa estendia-se por 37 mil m². Um salto e tanto. E esse era só o começo.

Regras do jogo

Pelo novo acordo firmado com Milton Zuanazzi, a dívida da AECRT com o fundo de pensão deveria ser paga em 144 parcelas mensais, totalizando 12 anos.

Frutos da reaproximação

O retorno das boas relações com a CRT propiciou diversos benefícios à associação. Um deles foi a liberação dos funcionários que atuavam como diretores. Até então, apenas o presidente e o vice estavam cedidos pela companhia e podiam se dedicar ininterruptamente à AECRT. Dali em diante, outros quatro diretores tiveram a mesma prerrogativa. Isso foi fundamental para incrementar as atividades da entidade.

Outra conquista foi a volta do desconto das mensalidades em folha de pagamento. “Começamos a reatar mais pessoas e chegamos a ter mais de 5 mil sócios”, rememora Sinval Ayres. Além de assegurar um maior número de contribuintes, o procedimento diminuía a inadimplência.



Mudança: o projeto da quadra de bocha virou um galpão crioulo.

Casinha de boneca

As melhorias da sede campestre continuaram após a construção do Galpão Crioulo. Em 1993, por exemplo, foi inaugurada a primeira piscina, feita de fibra. Também houve a instalação de quiosques com churrasqueiras em diferentes pontos, próximos à mata nativa. A estrutura seguiu crescendo no ano seguinte, com o surgimento de um segundo salão de festas. O tamanho enxuto, as paredes de tijolo à vista e as janelas com venezianas lhe renderam o apelido de “casinha de boneca”.



Da bocha aos bailes

Numa tarde de 1991, Sinval foi convocado às pressas por Dulce para ir até a sede campestre. O terreno, naquela época, havia se tornado um campo de obras. Além da limpeza e dos acabamentos no ginásio de esportes, a AECRT lançou projetos de melhoria constante, buscando oferecer novas opções aos Associados. O primeiro deles foi a construção de um salão para a prática de bocha.

A obra teria paredes erguidas em madeira de costaneira e abrigaria duas canchas. Antes da construção, porém, o piso alagadiço escolhido para receber o empreendimento precisou receber uma grande quantidade de areia. O andamento do trabalho era acompanhado diariamente pelos membros da Diretoria.

Naquele dia, Dulce Gonçalves contemplava atentamente a lida dos pedreiros. As madeiras que eles pregavam, alinhadas lado a lado, sobraçavam cerca de 600 m². Uma obra rústica e vultuosa. Grande demais para uma sede que não dispunha de um salão de festas. “É um absurdo usarmos isso aqui para jogar bocha”, sentenciou Dulce quando Sinval desceu do carro.

À noite, o Conselho Deliberativo se reuniria na sede administrativa. Os membros, entretanto, foram avisados de que o encontro aconteceria no Beco Souza Costa. “Lá, eu defendi minha tese de

que aquilo deveria ser um salão de festas. Não tínhamos um espaço assim, naquelas dimensões”, lembra Dulce. A ideia foi acatada por todos, e as canchas de bocha deram lugar a um galpão crioulo.

O projeto, contudo, precisou ser reformulado. Seria necessário encomendar mais costaneiras. Já os arquitetos teriam de aprontar um novo desenho, contemplando cozinha e um palco. Meses depois, a sede campestre abria-se para a inauguração de seu enorme salão de festas. “Foi uma churrascada histórica. Fizemos uma vala atrás do galpão para assar a carne. Havia mais de 700 pessoas nas mesas e centenas do lado de fora”, conta Adão Proença. O cardápio incluiu 350 quilos de costela e 120 quilos de salsichão, com chope à vontade. As festas de arromba, inclusive, tornaram-se uma tradição da AECRT.

Alegria sem limites

Isso começou antes mesmo da liberação da sede campestre. Em 1989, por exemplo, a associação organizou uma festa de final ano batizada de “800 é o limite”. O número tinha uma dupla conotação. A primeira era a capacidade máxima de pessoas que o ginásio Protásio Alves, sede do evento, poderia comportar. A outra era o total de litros de chope encomendados para matar a sede dos convidados.

O planejamento era de que a média de 1 litro de chope por pessoa seria suficiente. Mas não foi. “Acho que tinha mais de mil pessoas na festa”, observa Dulce. O estoque foi ampliado no ano seguinte – e a festa passou a se chamar “Mil é o limite”. Novamente, as torneiras do Protásio Alves roncaram.

O evento de Natal de 1991 marcava o encerramento de um ano especial, que merecia ser celebrado em alto estilo. Essa foi a primeira comemoração ambientada no ginásio de esportes. O sambista carioca Marquinhos Satã foi a atração principal de uma noite regada a boa comida e insuperáveis 3 mil litros de chope. “Até hoje, ninguém conseguiu beber tudo”, garante Gilberto Brandão.

Peso pesado

A compra da sede administrativa tem uma história excêntrica e um pouco soturna. É que o antigo proprietário havia falecido no sótão do imóvel. Na hora de levar o corpo, a família se viu diante de um desafio: o defunto era muito gordo. Ninguém conseguia conduzi-lo pelas escadas. A saída foi contratar um guincho para içar o falecido através da janela e transportá-lo até a funerária.

Poltergeist

Reza a lenda que o ex-dono teria assombrado a sede nos primeiros anos. Houve relatos de fenômenos estranhos, como janelas e gavetas se abrindo sozinhas. “Numa reunião no sótão, algumas xícaras se estilhaçaram sem que ninguém as tocassem”, lembra a ex-diretora administrativa Sandra Silveira. A AECRT buscou até assessoramento espiritual para esclarecer o caso. Depois disso, o suposto fantasma se acalmou.



Homem de rede

Outro evento surgido nessa época foi o Prêmio Homem de Rede, que homenageia os profissionais desse setor. Em 1993, a AECRT fez uma parceria com a Caixa Econômica para criar uma edição da loteria estadual alusiva à premiação. O colega Antônio Carlos Madruça foi o escolhido para estampar os bilhetes.

A rua é nossa

Não foram só os altinhos que ganharam noites memoráveis com o crescimento da AECRT. Os baixinhos também se esbaldaram. Em 1989, ainda sem uma estrutura para receber eventos, a AECRT decidiu levar a criançada para a rua. “Pedimos à Prefeitura para fechar uma quadra da Washington Luiz, entre a General Auto e a Espírito Santo”, conta Dulce. Ali, no mês de outubro, foi organizado um grande evento infantil, chamado de “Se essa rua fosse nossa...”.

A estrutura incluía um palco e barraquinhas de cachorro-quente, pipoca e refrigerante, além de palhaços, mágicos e artistas de rua. Um verdadeiro circo gratuito, que reuniu milhares de pessoas. A festa foi reeditada em 1990. Em seguida, os eventos para a molecada passaram a ser realizados na sede campestre. A única exceção ocorreu em 1992. “Tive a ideia maluca de levar os filhos dos Associados para um *tour* por Gramado e Canela”, lembra Dulce.

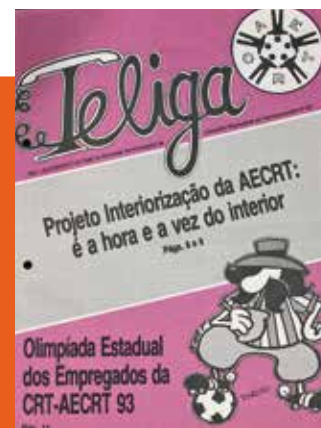
A AECRT organizou um comboio de oito ônibus, lotados com crianças. Foram cerca de 320 passageiros, entre 7 e 13 anos. Isso sem contar alguns pais, que seguiram o trajeto até a Serra. Cada veículo tinha uma cor diferente e contava com cinco representantes da associação. “Imagina cuidar de 42 crianças dentro de um ônibus? A gente sempre fazia essas doideiras”, brinca Dulce. Uma dessas fantásticas insanidades resultou no maior evento esportivo já realizado pela associação.

A invasão de Passo Fundo

O esporte da AECRT ganhou um importante acréscimo com a liberação do ginásio e da sede campestre. A estrutura possibilitou não só a realização de torneios, mas colaborou para o treinamento dos atletas de diferentes modalidades. Ao longo dos anos, a associação teve desempenhos destacados nos Jogos do Sesi. Realizada anualmente, a competição tinha etapas municipais, regionais e estaduais. Era uma verdadeira olimpíada que congregava funcionários de diferentes empresas.

A experiência colhida nesses campeonatos e o bom momento da entidade fizeram surgir a ideia de uma grande festa esportiva, capaz de unir a Família CRT. Já haviam se passado nove anos desde a primeira edição da Olimpíada da AECRT, sediada em Santa Maria. A associação, agora mais madura e estabelecida, tinha condições de fazer um evento de proporções maiores do que aquele.

O projeto demandou um envolvimento intenso por parte dos membros da Direção. A cidade de Passo Fundo foi a escolhida para ser a sede. Aqui, o destaque vai para Wilson Dayber Berriel Macedo. Ex-atleta de vôlei da AECRT, ele foi um dos responsáveis diretos por organizar a estrutura necessária na cidade. “A gente precisava pensar em todos os detalhes, desde o alojamento e a alimentação até as medalhas”, conta Dayber. A preparação durou cerca de três meses. Mas valeu a pena.



Boa ideia

Em maio de 1993, o Jornal da AECRT foi reformulado e ganhou um novo nome, escolhido através de uma campanha. Mais de 70 sugestões foram selecionadas. A opção vencedora foi a de número 51, “Teliga”, criada pelo engenheiro Flávio Rossi.

A Razão, Desabafo, Dú-Sócio, Socinho, Nô-Tícias, Mini Joca Aecrt e Aezinho foram alguns dos nomes enviados pelos leitores. O Teliga continua sendo publicado até hoje, em edições trimestrais.



Molhando a isca

A pesca ganhou destaque na associação a partir do começo dos anos 1990. O Grupo de Pesca tornou-se mais uma ferramenta para divulgar a entidade e, acima de tudo, congrega amigos.

Eram organizados campeonatos internos, com etapas mensais realizadas em lagos e rios da Região Metropolitana e no litoral.

A equipe também representava a AECRT nas competições de pesca do Sesi. Além disso, o grupo realizou inúmeras excursões para fora do estado e até para a Argentina.

A região do Pantanal, no Mato Grosso, foi outro dos destinos frequentemente visitados.

“Viajamos 33 horas de ônibus até lá”, lembra Ivo Pinheiro, membro assíduo dos eventos de pesca. “Era cansativo, mas tínhamos um grupo de amigos excelente”.

Entre 8 e 12 de outubro de 1993, Passo Fundo foi tomada pela Família CRT. Ao todo, mais de 500 atletas inscreveram-se nas 28 modalidades da olimpíada. O número de participantes, a rigor, foi bem maior, contando as delegações vindas de Santa Maria, Caxias, Novo Hamburgo, Santa Cruz, Pelotas e Porto Alegre. “No centro de Passo Fundo, só tinha gente da CRT. Tomamos conta da cidade e fizemos uma grande festa”, lembra Enoir Kowalski. A capacidade da rede hoteleira havia sido esgotada. O jeito foi improvisar acomodações em um convento local. Já as refeições eram feitas em CTGs da cidade.

A cerimônia de abertura, transmitida pela RBS TV de Passo Fundo, contou com bandeiras das delegações e um acendimento coreografado da pira, na melhor tradição olímpica. Até um mascote foi criado: o boneco Tchezito, um legítimo gaudério, animava as crianças e circulava pelas ruas na carroceria de uma camionete. Ainda assim, o grande sucesso do evento foi o conagraçamento dos colegas. “Conseguimos unir amigos que tinham ido para o interior e haviam passado muito tempo sem se ver”, relembra Dayber. “Mesmo que houvesse uma disputa, o importante era estar junto com os colegas, festejando a parceria e a fraternidade”.



Festa do esporte: Olimpíadas receberam delegações de diversas cidades.



Brotos na linha

Outro destaque dos primeiros anos da sede campestre foi a organização do concurso Garota Comunicação AECRT, realizado em 1994. O evento contou com a participação das filhas dos Associados. As meninas tinham entre 14 e 19 anos e receberam diversos mimos durante a competição, como estadia em hotel, jantares e passeio no barco Cisne Branco.

Criada nos mesmos moldes dos concursos de miss, a competição contava com um júri técnico, formado por pessoas convidadas pela associação. Uma passarela foi montada no ginásio de esportes, que ficou lotado com as torcidas organizadas de cada candidata. A vencedora foi a porto-alegrense Leticia Ilges, representante da Diretoria de Operações da AECRT.

Beldades: na onda do Garota Verão, a AECRT também teve seu concurso.

Velho calção de banho

A AECRT aumentou ainda mais o seu patrimônio em 1993, com a aquisição de um terreno na praia de Magistério, no litoral norte. A área média 6 mil m² e foi transformada em um camping, com cozinha e banheiros coletivos.

O fantasma nos ronda

A fase de intenso crescimento da AECRT, como se vê, foi concomitante à passagem de Alceu Collares no Piratini. Apesar disso, a gestão do PDT plantou uma semente que, no futuro, acabaria dando frutos muito amargos para a associação. Em 1993, o governo estadual lançou um projeto para capitalizar a CRT. A estratégia surfava numa onda iniciada em âmbito federal.

O tema das privatizações, na prática, começou a ser debatido no governo do presidente José Sarney. Entre 1985 e 1990, o país repassou o controle de 18 estatais aos governos estaduais e apenas duas a instituições privadas. O modelo ganhou força a partir da eleição de Fernando Collor de Mello, com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), em abril de 1990. As privatizações, assim, passaram a fazer parte do plano de gestão da União.

“Lutávamos por uma utopia. Não sabíamos onde iríamos chegar, mas possuíamos um alto grau de confiança. Tínhamos um objetivo que era sonhador, embora entendêssemos que era possível alcançá-lo.”

Mauro Guterres, ex-diretor financeiro da AECRT.

Impulso ao crescimento

O momento de bonança da AECRT beneficiou as associações de funcionários do interior. Isso aconteceu por meio do Fundo de Investimento Comum (FIC), que unia receitas vindas de entidades de diferentes cidades.

O dinheiro das contribuições era destinado à melhoria e à construção de sedes no interior. Localidades como Caxias, Pelotas, Santa Maria, Novo Hamburgo, Alegrete, Uruguaiiana, Rio Grande, Taquara e Santo Ângelo adquiriram ou incrementaram seu patrimônio a partir do impulso dado por esses recursos.

A abertura do país para investimentos de capital estrangeiro também foi impulsionada nessa época. Ambas as orientações influenciaram o governo gaúcho a estudar a possibilidade de encontrar um parceiro de negócios para a CRT. O termo privatização ainda não era usado ostensivamente. “Falava-se em capitalizar, buscar investimentos. Os motivos alegados eram as dívidas, a folha de pagamento e a dificuldade da estrutura em absorver a demanda”, afirma o historiador Rogério Verlindo.

O governo estadual chegou a negociar com duas empresas: a Companhia Telefônica do Chile (CTC), controlada pela Telefônica de

“Sempre reforcei a ideia de jamais usarmos a associação em benefício próprio. Posso ter exagerado nisso em alguns momentos, mas estruturas assim não podem servir a uma pessoa ou a um grupo.”

**Sinval Barreto Ayres,
ex-presidente da AECRT.**

Espanha, e a Società Finanziaria Telefonica (STET), a estatal de telecomunicações da Itália. Um protocolo de intenções foi assinado junto à STET – hoje absorvida pela TIM. Como o País ainda não possuía uma regulamentação clara para a privatização, as questões legais acabaram sendo um entrave e dificultaram o negócio.

Além disso, lideranças internas e o próprio Sinttel-RS se articularam para barrar a medida. E fizeram isso não só com manifestações, mas no melhor estilo da Família CRT: unindo forças em um verdadeiro mutirão de gestão. “Collares nos disse que não venderia a CRT se melhorássemos alguns números”, conta Itamar Russo. “Fazíamos reuniões periódicas para sabermos os índices de cada departamento e onde era preciso melhorar. Foi um período de grande engajamento e de liberdade de pensamento”.

No ano seguinte, a CRT foi escolhida pelo *ranking* “Melhores e Maiores”, da *Revista Exame*, como a melhor estatal brasileira de 1993. O desempenho, entretanto, não foi suficiente para espantar o fantasma da privatização. Ele voltaria em breve. E não seria mais apenas uma ameaça.

Patrimônio da AECRT em 1994

Sede administrativa:
320 m², com 350 m² de área construída

Sede campestre:
37 mil m², com 2.3 mil m² de área construída

Camping de Magistério:
6 mil m², com 120 mil m² de área construída

Total: 43.320 m² em terrenos e 2.770 m² em área construída.



Decisão acertada: o galpão crioulo tornou-se a principal estrutura de eventos da sede campestre.



Alto astral: a Família CRT sempre marcou presença nas festas da entidade.





Concorrência: fila dos Associados para reservar o salão da Ramiro D'Ávila.



Estrutura: a sede administrativa foi equipada para atender as demandas dos sócios.



Precursora: a sede do Beco Souza Costa ganhou uma pequena piscina para as crianças.



Malhação: o ginásio ganhou aparelhos de ginástica e musculação.



Área verde: o espelho d'água e o quiosque transformaram o visual da sede campestre.





Representatividade: a AECRT passou a dar voz a todas as correntes políticas da entidade.



Tchezito: o mascote das Olimpíadas estava até nos troféus.



Na memória



Natal: show de prêmios atraía os Associados.



Magistério: camping tinha cozinha, banheiros e quadra de bocha.



Melhorias: o primeiro pórtico de entrada da sede campestre.



Refresco: a piscina para os adultos incrementou os verões da sede campestre.



Paisagem: a eterna figueira e o velho galpão.



Comboio: meninada embarcando para curtir o Dia das Crianças na Serra.